



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

NAYARA INGRIDE GONÇALVES MACIEL

**CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO DOCENTE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS (EJA)**

**CAJAZEIRAS - PB
2013**

NAYARA INGRIDE GONÇALVES MACIEL

**CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO DOCENTE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS (EJA)**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Campus de Cajazeiras-PB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes

**CAJAZEIRAS – PB
2013**

NAYARA INGRIDE GONÇALVES MACIEL

**CONCEPÇÕES E FORMAÇÃO DOCENTES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS (EJA).**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____/

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes
Presidente da Banca/UFCG-CFP-UAE

Prof.^a Ms. Edinaura Almeida de Araújo
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Prof.^a Dr. José Amiraldo Alves da Silva
Examinador/UFCG-CFP-UAE

Prof.^a Ms. Belijane Marques Feitosa
Examinadora/UFCG-CFP-UAE

A Deus, pela presença sempre constante neste caminho.

Ao professor Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes que com sua sabedoria, paciência disposição e humildade sempre esteve presente durante toda a elaboração deste trabalho, me orientando no que precisei, incentivado e por me fazer romper limites e me fazer sentir capaz mesmo quando tudo pareceu está perdido.

A todos os professores que me ajudaram a transformar e construir novos saberes durante a minha formação acadêmica;

Aos amigos que estiveram comigo nos momentos de angústia, durante a construção deste trabalho;

A minha mãe por toda confiança, companheirismo e amor.

O amor e amizade e palavras de incentivo de vocês me alimentaram a alma e muito me ajudaram durante o percurso dessa desafiante trajetória acadêmica. A vocês entrego-lhes o meu Diploma de Graduação em Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e, por ter me dado força para conquistar mais essa etapa na minha vida;

Aos meus pais Helânio e Simone e meus irmãos que sempre me incentivaram e me ajudaram nos estudos;

A Maria Helena Costa que com muita humildade e disposição me incentivou nesta jornada me compreendendo e ajudando nos meus estudos.

A todos os professores do Curso de Pedagogia da UFCG que de alguma forma contribuíram na minha formação sempre me orientando e incentivando a não desistir;

*Percebi que a solidez dos
Valores é mais importante
Que as vitórias, porque
Tanto estas como as derrotas
São provisórias, mas quando
A pessoa tem força no coração
Consegue superar as perdas
E construir grandes conquistas
Na vida.*

Roberto Shinyashiki

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como título Concepção e Formação Docente acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nele busquei refletir sobre a formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras, buscando compreender como acontece o processo da formação inicial e continuada dos professores da EJA e se tal formação favorece o desenvolvimento de competência pedagógica renovada. Quanto à Metodologia, foi feita uma pesquisa qualitativa, que buscou os dados a serem analisados por meio de entrevistas com três professores que atuam na EJA na instituição E.M.E.I.E.F. Antonio Tabosa Rodrigues- CAIC, *lócus* da pesquisa, na cidade de Cajazeiras - PB. Em relação aos resultados, a investigação revelou que os profissionais que atuam na EJA não tiveram formação inicial específica para a mesma, e que as formações continuadas para a mesma deixam a desejar. Assim, percebi que parte dos entrevistados sentem dificuldades na prática pedagógica, devido a falta de formação específica para atuar nesta modalidade de ensino e sendo que a formação continuada dos professores da EJA não pode ser um processo apenas de acúmulo de informações e conhecimentos. Mas precisa ser feito no desenvolvimento de competências com o objetivo de melhorar a prática docente, objetivando a capacidade do docente para perceber, observar e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa explicitou que a Educação de Jovens e Adultos requer uma formação docente específica, uma vez que a mesma é um fator preponderante para a atuação e cumprimento eficaz dos objetivos da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Formação de professores. Prática pedagógica.

ABSTRACT

This research paper is titled: Youth and Adults (EJA): Conceptions and teacher training. In it I tried to reflect on how teacher training is working in Youth and Adult Education in the city of Cajazeiras, as well as identify how does the process of initial and continuing training of teachers, and this training encourages the development of teacher competence renewed. As for methodology, we performed a qualitative study, which sought the data to be analyzed through interviews with three teachers working in adult education in the institution EMEIEF Antonio Rodrigues Tabosa in CAIC, in the city of Cajazeiras-PB. Regarding the results, the research revealed that many of the professionals working in adult education had no specific training for adult education, and the training continued for the same also leaves much to be desired. Thus, one can see that the interviewees have difficulties in teaching practice, the lack of specific training to work in this type of education. This process, which should be significant, and the ongoing training of teachers of adult education can not just be a process of accumulating information and knowledge. But they do in skills development in order to improve their practice, with the ability to perceive, observe and reflect. However the research explained that the Education Youth and Adult, requires specific teacher training, since it is a major factor in the performance and enforcement of effective adult education.

Key words: Youth and Adults. Teacher training. Pedagogical practice.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Cruzada de Ação Cristã
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPC	Centro Popular de Cultura
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes de Bases
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento Eclesial de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PROEJA	Programa Nacional de Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos.
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão do Jovem
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UNE	União Nacional de Estudantes
UNESCO	Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas

LISTA DE TABELAS

Figura 1 – Tempo de atuação na docência.....	44
Figura 2 – Formação acadêmica dos professores.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: Considerações conceituais.....17

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ATUANTES NA EJA: Questões e encaminhamentos32

3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA NA CIDADE DE CAJAZEIRAS.....42

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....51

5 REFERÊNCIAS.....54

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

O estudo proposto tem como enfoque principal analisar a formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na instituição EMEIEF Antônio Tabosa Rodrigues (CAIC) – localizada no município de Cajazeiras, buscando compreender como acontece o processo da formação inicial e continuada dos professores, e se esta formação favorece o desenvolvimento de competência pedagógica renovada.

O interesse pelo tema em questão surgiu a partir da aproximação com a EJA durante o estágio na Unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) de Cajazeiras, quando a mesma possibilita a formação profissional de estudantes universitários, proporcionando-lhes experiências práticas na sua linha de formação. O interesse surgiu também com os estudos realizados no cumprimento da disciplina da Educação de Jovens e Adultos, no curso de Pedagogia que trata especificamente desta temática.

A modalidade de ensino EJA sempre enfrentou ao longo do tempo resistências, dificuldades, preconceitos e a falta de formação específica para os profissionais. Com os entraves postos a EJA deixa muito a desejar em sua importância e desígnio.

Embora tenham ocorrido, ao longo da história, grandes dificuldades, a EJA teve seus sucessos com alunos que conseguiram se formar e professores que se empenharam ao acompanhar alunos que apesar de grandes dificuldades tinham uma vontade imensurável de aprender a ler e a escrever.

Muitos programas da EJA possibilitaram uma transformação real das condições de vida dos alunos. Os jovens e adultos da EJA lutam para superar as condições precárias de vida que estão ligadas ao analfabetismo. Assim, muitos jovens que frequentavam a EJA tiveram empenho profissional.

A educação de jovens e adultos é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), sendo classificada como parte integrante da educação básica, assim como está seus fundamentos legais na Constituição Federal de 1988.

A esse respeito a EJA reformulou-se como um meio estratégico para a erradicação do analfabetismo, buscando contribuir com a qualidade do ensino para reverter o quadro

educacional brasileiro, promovendo alternativas para alfabetizar aqueles que não tiveram condições e/ou oportunidades de se alfabetizar em ou durante a infância.

Nesse sentido, a EJA é considerada uma modalidade estratégica para o desenvolvimento da garantia do ensino obrigatório e gratuito dos jovens e adultos que não tiveram acesso em idade própria ou continuidades nos estudos durante a infância. Sendo a EJA uma categoria voltada para melhores condições sociais, no qual o enfrentamento do analfabetismo não se limita somente no ato de aprender a ler e escrever códigos linguísticos, mas redonda em proporcionar melhores condições sociais enfrentando o analfabetismo da cultura, da política, da cidadania e autonomia dos sujeitos enquanto cidadãos.

Então se pode perceber que a proposta da educação para adultos deve oferecer oportunidades aos sujeitos de introduzir-se no mercado de trabalho, como também tem suas metas voltadas em contribuir com a situação educacional do país, ou seja, erradicar o analfabetismo.

É relevante mencionar que a Educação de Jovens e Adultos é também um resgate dos direitos à cidadania, ou seja, uma educação na qual os sujeitos são protagonistas de sua história, no processo de educação e na vida política, tomando decisões empenhadas com o social.

Em suma, uma educação cidadã deve ser articulada ao contexto da educação com jovens e adultos, que se constitui no exercício dos direitos humanos, da valorização à vida, do respeito aos jovens e adultos desvalidos, oprimidos de seus direitos. Trata-se da valorização da multiculturalidade, do respeito à diversidade, permitindo os sujeitos serem participativos e protagonistas no ambiente de aprendizagens.

Assim identificada, a EJA vai movendo-se na direção de Educação Popular, dimensionada pela prática educativa libertadora, que tem o cerne à pluralidade humana. Assim como assinala (GADOTTI, 2011, p, 23):

A dimensão global da Educação Popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano em torno de si como ser social seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos unidirecionada e mais aberta e discussão democrática de pressuposições básicas da existência.

Tendo em vista tais entendimentos, pensar a EJA é pensar em uma educação para a transformação social, uma educação para a inclusão e cidadania, possibilitando o exercício de direitos e deveres.

Em muitos momentos da história percebe-se a falta de profissionais com formação específica para atuar como docentes na EJA, pois não era exigida formação específica para ser professor na alfabetização de adultos. Compreende-se que a formação docente é um fator preponderante para atuação e isso não é diferente com a EJA.

A formação docente específica para a EJA ainda é rudimentar, pois poucas universidades oferecem uma formação iniciada com especificidade para a EJA. Parte dos cursos de licenciatura tem suas propostas voltadas para o ensino de crianças, e com isso as práticas pedagógicas para a educação de jovens e adultos são muitas vezes inadequadas.

Torna-se relevante, contudo, mencionar que muitos fracassos e ineficiência na EJA não estão relacionados somente na responsabilidade dos professores, dependendo apenas da formação adequada dos profissionais, já que a educação não se faz apenas com a atuação dos profissionais, mas está inteiramente ligada às Políticas Públicas destinadas a EJA.

A propósito disso, a efetivação de políticas públicas voltadas para a EJA torna-se imprescindível para conseguir o sucesso educacional. Assim, passa a ser significativa a participação da sociedade, como um todo, para atuar sobre as desigualdades educativas, ou seja, remetendo-nos às exigências educativas que a sociedade impõe, a fim que as Políticas Públicas realmente sejam ponderadas, inovadas e efetivamente postas em prática.

Outro fator importante que se faz necessário explicitar relacionado aos problemas na EJA é a condição de vida dos educandos da EJA. Muitos alunos da EJA encontram-se no mundo de trabalho, não dispendo de tempo favorável para frequentar as aulas. Alguns alunos possuem uma baixa autoestima em função das dificuldades socioeconômicas, dos sentimentos de incapacidade, e até mesmo dificuldades de saúde.

No município de Cajazeiras, a maioria dos alunos da EJA abandonara os estudos na infância, devido à necessidade de trabalhar para ajudar o orçamento financeiro familiar.

Sobre o perfil dos educandos da EJA ratifica SCHWARTZ (2010, P.67):

Conscientemente, os jovens e adultos analfabetos podem até saber que seria vantajosa essa aprendizagem, mas, inconscientemente, desenvolvem mecanismos de defesa para não construí-la por medo do desconhecido, ou por não se sentirem capazes, por exemplo.

Em relação a essas dificuldades enfrentadas pelos alunos, compreende-se a importância da motivação no processo de aprendizagem, no qual é imprescindível proporcionar uma aprendizagem significativa e essencial a vida dos educandos, buscando sempre considerar os mesmos como cidadãos críticos e ativos da sociedade, bem como permitir que os alunos sejam agentes ativos na construção do conhecimento.

Frente a isso, é pertinente destacar a necessidade da valorização ao processo educacional dos adultos, e não considerar a educação de adultos como uma “tapa buracos” para diminuir o analfabetismo do país, mas uma educação de qualidade que vai muito além de ensinar os adultos a assinar o próprio nome. A educação é transformadora de si e da sociedade, e permite desenvolver habilidades, aptidões e competências para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Assim, nesta ótica,

a alfabetização não é só o processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura, escrita e aritmética, mas sim uma contribuição para a liberação do homem e seu pleno desenvolvimento. Assim concebida, a alfabetização cria condições para aquisição de uma consciência crítica das contradições da sociedade onde o homem vive e de seus anseios; estimula ainda a iniciativa e a participação na elaboração de projetos capazes de agir sobre o mundo, transformá-lo e definir metas e objetivos de um desenvolvimento humano autêntico. (SILVA ESPÓSITO, 1990, P.65 apud FERNANDES, 2002, p.38).

Dessa forma, a EJA está muito além do que ensinar o aluno apenas a ler e escrever, mas propõe um novo marco ao conceito de alfabetização que contribui para a construção do pensamento crítico dos educandos da EJA e sua autonomia, estimulando a participação e tornando-os capazes de agir sobre o mundo. Sendo assim, a educação deve permitir ao aluno interagir e ter autonomia em relação ao mundo moderno.

Nessa ótica, o educador da EJA ao realizar a sua prática pedagógica deve levar em consideração as vivências dos educandos, ou seja, sua experiência histórica, social e cultural. Sobre o ato de ensinar, vejamos o que diz Paulo Freire:

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e educandos criadores, instigados, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (FREIRE, 2000, P.29)

A partir desse entendimento, a prática educativa, qualquer que seja o âmbito de sua realização tem o papel de favorecer o processo de formação dos sujeitos, não deve se limitar apenas com às preocupações com o cognitivo, mas efetivamente considerar todo o contexto histórico, social e afetivo dos sujeitos.

Indubitavelmente a prática educativa baseia-se no diálogo e na interação entre professor e aluno, uma educação que acontece de forma coletiva. No entanto, o professor precisa estar em constante construção, refletindo e reconstruindo sua prática.

O foco nessa corrente educacional, desta pesquisa que tem como questão central saber se os educadores que atuam na EJA têm formação inicial ou continuada específica para o exercício da docência na modalidade já posta.

Pode-se perceber que muito se tem questionado sobre as práticas educativas, pedagógicas e didáticas em relação à Educação de Jovens e Adultos. Porém a formação específica para a atuação na EJA é um procedimento ainda em construção.

Tendo em vista tais entendimentos, o estudo proposto é de fundamental importância no sentido que visa obter uma compreensão e um maior esclarecimento do tema em questão destacando aspectos de como acontece a formação docente para a Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras.

Tendo em vista tais entendimentos, os objetivos específicos delineados para o estudo foram: *identificar no contexto histórico a modalidade educativa EJA no Brasil; reconhecer como ocorre a formação de professores na EJA, delineando os entraves e possibilidades para a atuação do profissional na contemporaneidade; e verificar as concepções que os professores têm acerca da formação específica para a EJA.*

O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa desenvolvida sobre uma abordagem qualitativa, através da qual será compreendida e interpretada uma realidade, levando em consideração a formação dos professores do município de Cajazeiras. Nesta ótica, afirma

GONSALVES (2001, p.68) “(...) a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas (...)”.

Torna-se relevante, contudo, citar que a pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa e se dedica investigar, analisar e interpretar os dados do contexto pesquisado utilizando para delineamento do projeto, que possibilita o uso de uma variedade de fontes para a coleta de informações.

Para descrever sobre o tema exposto e fazer uma análise dos dados colhidos na entrevista, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é um capítulo teórico, no qual foco uma breve contextualização acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, mostrando como a mesma era vista há algumas décadas atrás.

No segundo capítulo, falo sobre a formação de professores que atuam na EJA, a fim de mostrar de que maneira acontece a formação dos educadores que atuam nesta modalidade de ensino. E discorro ainda no terceiro capítulo sobre, a formação dos professores na cidade de Cajazeiras, destacando como a mesma acontece e como os professores da EJA analisam de forma geral este processo de formação, refletindo se esta formação oferecida contribui como meio favorável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas.

Por fim, tendo por base tal concepção, a fundamental importância da análise das informações adquiridas, no qual será propício maior clareza dos estudos realizados acerca da temática em foco.

1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: Considerações conceituais

Neste capítulo, discorrerei sobre a Contextualização Histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O propósito é situar os leitores e leitoras sobre os avanços conseguidos, bem como os entraves durante o percurso histórico da EJA no Brasil. Mostro, também, como a EJA era vista há algumas décadas e como se encontra nos dias atuais.

A educação de Jovens e Adultos é classificada como parte integrante da educação com seus fundamentos legais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96). Nesta, o artigo 37 cita que “a educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada”.

Em princípio, a Educação era oferecida apenas para a classe dominante e só passou a abranger a outros sujeitos devido à necessidade de aprimorar a classe trabalhadora. Desse modo, no início da colonização do Brasil existiam poucas escolas, e a educação oferecida era privilégio das classes dominantes.

Sabe-se, com efeito, que as primeiras tentativas da educação de jovens e adultos surgiram com a educação proposta pelos Jesuítas no processo de colonização, de acordo com Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) sobre o início da educação cita que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759. (...)

A história da Educação de Adultos no Brasil se constituiu, em seus primeiros momentos, com a educação elementar dos primeiros representantes da Companhia de Jesus ao país. Na época, era proposto um ensino elementar de caráter catequético que visava a aceitação gradativa da dominação dos colonizadores pelos jesuítas aos indígenas.

Os Jesuítas desempenharam o papel de principais promotores e organizadores do sistema da educação, tendo como proposta de ensino não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a propagação da fé cristã. A proposta de catequizar os índios tinha como objetivo converter os mesmos para melhor domínio e encaminhá-los para a mão de obra.

Com isso a educação tinha suas metas voltadas para interesses de classe social e a garantia de lucros. A proposta dos Jesuítas permaneceu até o período Pombalino. Quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil, por conseguinte houve nova organização das escolas, de acordo com os interesses do Estado.

Em conformidade com o pensamento acima, Ghiraldelli Jr.(2008, p.27) cita que:

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e Brasil a mão de obra para o ensino começou a ser alterada. Ainda que os professores continuassem, durante bom tempo, a serem os que haviam sido formados pelos padres da Companhia de Jesus, houve relativa mudança no formato do ensino.

Então, pode-se perceber que muitas mudanças aconteceram na educação proposta por Pombal, no qual esse novo modelo educacional implementando com a reforma pombalina, primou por criar uma escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão interna e externa do trabalho escolar, Pombal organizou a escola para homogeneizar a educação, assim, o Estado teria maior controle sobre ela.

Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na Constituição de 1934, estabeleceram-se traços do ideário liberal, caracterizando a educação como democrática, humana, leiga e gratuita. A Carta Magna de 1934 apresentou princípios em seus artigos para garantia do ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos, como também estabeleceu cursos de continuidade e aperfeiçoamento profissional para os jovens e adultos.

Faz-se necessário ressaltar ainda que a Constituição de 1934 durou pouco tempo, devido a alegação do presidente Getúlio Vargas. A mesma não teve êxito, pois Getúlio Vargas, o então presidente da república tornou um ditador através do golpe militar e criou um novo regime chamando de: “Estado Novo”. Cria-se assim, uma nova constituição escrita por Francisco Campos.

A esse respeito, mesmo com pouco tempo de duração a Constituição de 1934 assegurava a autonomia dos sindicatos de trabalhadores, regularizava a legislação trabalhista e criava a Justiça do Trabalho, garantia também a educação como direito de todos e exigia concurso público para exercer o magistério.

A Constituição de 1937 foi criada com objetivo de favorecer o estado, propondo uma educação os sujeitos das classes dominantes poderiam usufruir a mesma, sem restrição alguma. Quanto aos pobres e menos favorecidos tinham como opção de educação as escolas profissionalizantes. Ghiraldelli Jr. cita que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado a manter e expandir o ensino público. (GHIRALDELLI Jr., 2008, P. 78).

Face ao exposto, a Constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, transparecendo nas entrelinhas a concepção de que uma população sem educação fica mais fácil de aceitar tudo que lhe é imposto, como também buscava favorecer o ensino profissionalizante, pois considerava que capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias era mais essencial.

Iniciativas sobre a educação de adultos destacam-se no início dos anos de 1940 quando devido o novo impulso do processo de industrialização, tornava-se necessário promover uma educação para acompanhar o desenvolvimento que se firmava no país. Assim, essas necessidades exigiam mão de obra para as atividades produtivas.

Desse modo, o período de 1940 foi um grande marco para a educação de adultos, no qual aconteceram inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas. No ano de 1947 foi criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) lançada pelo governo brasileiro. Esta campanha atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns.

Em relação a essa Campanha, Paiva (1987, p. 178) destaca que:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1987, p. 178).

Ainda em 1947, realizou-se o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em curto tempo. Paralelamente discutiam-se as leis de Diretrizes e Bases, e esta vai até os anos de 1960.

Para atingir o objetivo da alfabetização surge em Recife, entre 1946 a 1958 a campanha Cruzada Ação Básica Cristã (ABC), tendo como objetivo capacitar os sujeitos analfabetos marginalizados. Assim sendo, o trabalho na área de alfabetização de adultos começou com a distribuição das cartilhas: Ler, Saber e da Cartilha ABC. A cruzada ABC foi substituída pelo programa Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL) e sua área de atuação se limitava à região nordeste, tendo como campo mais abrangente o estado da Paraíba.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área educacional, no qual se buscou avaliar a situação e o problema da alfabetização, visando assim elaborar ações adequadas para solucionar as causas do analfabetismo. Foi posto em debate também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em resultado, foi elaborado em 1962, o Plano Nacional de Educação, que suprimia as campanhas nacionais de educação de adultos. Dentro dessa perspectiva é pertinente destacar:

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (PAIVA, 1973, p. 210).

Dessa maneira, caracterizado por inovações metodológicas e a busca de novas diretrizes, passa a existir também neste período o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, que foi concebido por Paulo Freire.

Então, pode-se perceber que o Plano Nacional de Educação previa difundir por todo o Brasil programas de alfabetização norteados pelos princípios de Freire. Todavia essas ações foram interrompidas pelo golpe militar e os seus promotores foram duramente reprimidos.

Com a participação de Paulo Freire surge a proposta de um programa permanente, uma proposta de educação baseada no diálogo.

Nessa ótica assinala Gadotti e Romão (2002, p. 35) que: até os anos 40 a EJA era concebida como uma democratização da escola formal, principalmente para a área rural. Já no início da década de 1950 a EJA passou a ser vista como educação de base e/ou desenvolvimento comunitário e, no final da década de 1950, já foi entendido como uma "educação libertadora", à luz de Paulo Freire, e uma educação funcional (profissional).

Proposta que acarretou mudanças significativas no paradigma da educação de jovens e adultos era defendida por Paulo Reglus Neves Freire. Nasceu em 1921 em Recife, aos 15 anos era considerado um estudante atrasado, e umas das grandes dificuldades eram as condições precárias de vida, por este motivo começou a estudar tarde, entretanto foi um grande marco na educação do Brasil. Sua leitura da palavra começou na infância, utilizando-se de gravetos no chão para escrever suas primeiras palavras, o quadro era o chão e o seu giz, o graveto. Aos 22 anos ingressou na Faculdade de Direito de Recife, concluiu o curso, porém não exerceu a profissão.

Em 1945, Paulo Freire trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI) onde teve aproximação com a educação. Assim, desenvolveu e sistematizou o método de alfabetização de jovens e adultos, desenvolvido no Movimento de Cultura Popular (MCP). O MCP tinha o compromisso de oportunizar a educação de base aos sujeitos.

Para Freire o processo de alfabetização vai muito além de ensinar os sujeitos a ler e escrever, mas deve partir do princípio do diálogo, da reflexão crítica que oportunize a superação dos problemas da sociedade. Sobre, este educador vejamos o que afirma Paiva (1973, P. 252): “Esse educador constitui uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partindo da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação.”.

Segundo Freire a relação dos sujeitos entre si e com o mundo é um meio de completude, no qual os sujeitos se educam entre si. Dessa maneira, a educação nesta perspectiva deve considerar a diversidade e pluralidade no contexto escolar, visando à formação humana dos sujeitos tornando-os capazes e agir e posicionar-se criticamente.

Indubitavelmente, na educação de jovens e adultos é perceptível diversas realidades, uma diversidade de cultura, formas de pensar e outras. Assim, pensar no pensamento de Freire é pensar em uma educação transformadora e dinâmica. Nesta perspectiva, Paulo Freire,

revolucionou a educação propondo um novo meio para o ensino, no qual sugeria um desenvolvimento dos sujeitos para a sua própria autonomia.

Para Paulo Freire a aprendizagem deve ser significativa, de forma que o aluno construa o seu próprio conhecimento e novas ideias sobre o contexto de sua realidade. Por conseguinte, a educação de jovens e adultos precisa formar sujeitos críticos e autônomos.

É presente na concepção de Freire que a educação deveria libertar os sujeitos de tudo que o oprime e desumaniza. O ensino e a aprendizagem ocorrem em processo contínuo de dialogicidade. Isto posto, compreende-se que através do processo da alfabetização significativa os sujeitos terão condições necessárias para o exercício da cidadania, gozando de direitos e deveres.

Portanto, Paulo Freire defende a ideia de uma educação a qual os sujeitos são vistos como seres participativos de sua história e não apenas como simples objetos, pois o homem é histórico. Assim é pertinente mencionar que para Paulo Freire (2004, p. 95), “o diálogo é o encontro dos homens para dizerem a sua palavra. Encontro mediatizado pelo mundo e que tem por objetivo a sua pronúncia”.

Nessa perspectiva, o diálogo favorece uma compreensão mais clara sobre a sociedade e a atuação dos sujeitos na mesma, e assim, o ideário de Paulo Freire busca uma educação libertadora.

Dessa maneira, Paulo Freire propõe uma educação problematizadora, crítica e em suas reflexões aponta cenários da realidade brasileira, como também a necessidade de novas diretrizes e métodos que respondessem a problemática nacional.

Entre meados da década de 1960, no Brasil e em grande parte da América Latina, surgem muitos programas de alfabetização de adultos desenvolvidos pelo movimento de educação popular, que tinha como principal mediador Paulo Freire.

No período de 1961 surge o Centro de Cultura Popular (CCP), fundado pela UNE (União Nacional de Estudantes) a fim de criar meios e oportunidades para uma sociedade que valorizasse a cultura popular.

Dentro dessa compreensão, esses centros populares de cultura ampliavam seus objetivos buscando não apenas a valorização cultural, mas desempenhar um papel de cuidar da alfabetização de tal forma que esta contribuísse para o processo de transformação social.

O MCP utilizava-se de centros e círculos de cultura para alfabetizar a partir de reflexões e debates acerca de problemas sociais. Como acentua Paulo Freire (1989, p. 25-26) que:

No círculo de cultura, enquanto contexto que costumo chamar teórico, esta atitude de sujeito curioso e crítico é o ponto de partida fundamental a começar na alfabetização. O exercício desta atividade crítica na análise da prática social da realidade em processo de transformação possibilita aos alfabetizandos, de um lado, aprofundar o ato de conhecimento na pós-alfabetização, de outro, assumir diante de sua qualidade uma posição mais curiosa. (FREIRE, 1989, p. 25-26).

A esse respeito, os círculos de cultura é uma forma no qual existe todo um trabalho coletivo, cujo princípio é o diálogo, não existe o professor que apenas sabe o conteúdo, mas sim a presença de um animador participador. Assim, tendo por base tal concepção compreende-se que nos círculos de cultura todos ensinam e todos aprendem.

Naquela época, o Movimento de Cultura Popular era classificado como renovador para o ensino, com a pretensão de mediar práticas educativas e a valorização dos cidadãos. Assim entendido, a proposta básica dos movimentos de cultura popular era a educação de adultos.

O MCP se propunha ao combate ao analfabetismo, cuja sua prática buscava conteúdos de educação nas vivências e condições reais dos sujeitos, utilizando o método proposto por Freire.

O método de alfabetização a partir de temas e palavras geradoras considerava as vivências e identidade cultural dos sujeitos como processo indispensável à alfabetização, no qual apreciava os sujeitos como ser participativos no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a educação de adultos, proposta pelo método de Paulo Freire, possibilitava através do diálogo a reflexão das realidades, a compreensão crítica e a prática da leitura do mundo. Dentro desta compreensão, o MCP visava, “a conscientização da massa popular, á formação de uma consciência política e social que preparasse o povo para a vida na nação.” (PAIVA, 1987 p. 237).

Em 1961 foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), um movimento educativo para alfabetização elaborado sob responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), associado com o Estado.

O MEB tinha como desígnio inicial desenvolver um programa de educação de base, por meio das escolas radiofônicas, instaladas a partir de emissoras católicas. Após dois anos de funcionamento, passou a perceber a educação de base como processo de “conscientização” das camadas populares, para a valorização plena do homem e consciência crítica da realidade, visando sua transformação.

O MEB como proposta de um ideal educativo ajudou parte das camadas populares com a superação da ignorância levando a um notável melhoramento na vida dos cidadãos, valorizando os sujeitos e seu posicionamento crítico em relação à sociedade a qual estão inseridos.

A propósito disso, o Movimento de Educação de Base, apesar de ser um movimento que partia de inspirações cristãs, não tinha em sua característica propósitos religiosos. Nesta ótica, o MEB, para Paiva (1987) era classificado como “um trabalho de promoção humana através da educação do povo, sem propósitos evangelizadores”.

A desestruturação do MEB iniciou-se durante o ano de 1964, devido o golpe militar, sendo assim, os programas de educação existentes foram interrompidos por ser uma ameaça ao governo. Dessa maneira, toda proposta de educação inovadora foi suprimida no período ditatorial.

Com o golpe militar em 1964, muitos educadores foram perseguidos, mortos e exilados, devido aos seus posicionamentos ideológicos. A educação passou por um período de intensa perseguição, sendo marcada pelo abuso do autoritarismo do Estado, que oprimia todos que o contestasse. A função que o Estado exercia tinha a finalidade de garantir a normalização das relações sociais, ou seja, uma forma de impor a “ordem” na sociedade.

Ainda sob a ditadura militar, na década de 1970, se iniciam as ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um projeto que visava acabar com o analfabetismo em pouco tempo. Dentro dessa compreensão, a escolarização de jovens e adultos não poderia ser abandonada durante o regime militar, assim o governo controlando todo o sistema de educação lança o MOBRAL, para atender o elevado número de analfabetos no país.

Nessa perspectiva, o objetivo principal era erradicar o analfabetismo, proporcionando oportunidades de estudos a jovens e adultos que não tiveram condições de escolarização. O novo programa proposto, a priori, tinha como seu foco principal atender analfabetos de 15 a 35 anos de idade.

Uma das grandes necessidades que o governo percebia para criar as escolas da EJA era a base eleitoral, pois o voto era apenas para os cidadãos alfabetizados, com isso o interesse maior era o voto. Assim sendo, a preocupação maior do programa MOBREAL era somente de ensinar os alunos a ler e escrever, sem uma preocupação com a formação dos sujeitos como seres autônomos, pensantes e críticos.

O método do MOBREAL era totalmente diferente do que foi proposto pelo educador Paulo Freire, a educação no MOBREAL partia dos interesses e necessidades dos partidários do regime ditatorial e se distanciava da formação humana dos sujeitos.

Dentro do MOBREAL existiam outros programas, tais como: O programa de Alfabetização Funcional, Programa de Educação Integrada, Programa Mobreal Cultural e o Programa de Profissionalização.

Portanto, se percebe que os interesses do MOBREAL eram interesses políticos para atrair eleitores, conforme afirma PAIVA (1973):

Politicamente o programa de massa poderia contribuir para modificar ainda o equilíbrio eleitoral no interior e orientar os novos eleitores no que concerne à reorganização da vida política do país, através dos novos partidos. Poderia ainda demonstrar a muitos setores da população que não havia desaparecido o interesse federal pelo problema, servindo para formar uma nova imagem do governo junto a algumas camadas. (PAIVA, 1973, P.323)

O processo de alfabetização proposto pelo programa MOBREAL considerava relevante apenas ensinar os alunos a assinarem o nome sem uma preocupação maior com a formação dos cidadãos, ou seja, a educação era um meio de alienar os sujeitos a aceitarem o desenvolvimento do modo proposto e tudo o que fosse colocado e posto.

No ano de 1985, o MOBREAL foi mais um programa que fracassou, sendo extinto e substituído pela Fundação Educar, pelo decreto nº 91.980. A fundação Educar fazia parte do controle e domínio do Ministério da Educação, tendo como objetivo promover programas de alfabetização não formais. O programa apoiava as instituições com fiscalizações, apoio

técnico e financeiramente para que as ações de alfabetização fossem executadas. Entretanto a fundação Educar teve curta duração, extinta em 1990.

Outro grande marco na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi a implantação do ensino supletivo em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71. Dentro dessa compreensão buscou implantar centros de Estudos Supletivos em todo o país, no qual predominava as influências tecnicistas visando atender às necessidades do processo de modernização, pois o país passava por um momento de crescimento econômico.

Ainda sobre o ensino supletivo é importante destacar que:

(...) este ensino se destinava a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adulto, que não a tinha seguido ou concluído, na idade própria.” Este ensino podia então abranger o processo de alfabetização, a aprendizagem, a qualificação, algumas disciplinas e também atualização. (SOARES, 2002, P.57).

Portanto, com base na citação acima, é pertinente mencionar que os Centros Supletivos foram criados em todo o País. A proposta do supletivo é uma educação essencial para suprir as necessidades de uma sociedade em constante processo de modernização.

Com as transformações econômicas na sociedade, buscavam-se profissionais que atendessem às exigências do mercado de trabalho. Dessa maneira, a educação de adultos tinha como foco a formação profissionalizante dos adultos, possibilitando-os a inclusão no mercado de trabalho.

O ensino supletivo em sua perspectiva propunha a recuperar o atraso da educação, atribuindo um novo modelo de escola que contribuísse para o desenvolvimento da sociedade, organizado com o desígnio de formar mão de obra.

A década de 1980 foi marcada por muitos movimentos sociais. Em 1988, estendeu-se a garantia do ensino obrigatório e gratuito com a definição da Constituição Federal de 1988, que apresenta uma nova concepção de educação para os jovens e adultos.

A Constituição de 1988 foi um grande marco para a redemocratização do país, muitas mobilizações foram realizadas, buscando a garantia dos direitos dos cidadãos. A constituição de 1988 reconheceu e possibilitou a participação dos cidadãos na sociedade. Com efeito, a educação passa a ser definida como direito de todos, como atesta o seu artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de I- ensino fundamental

obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Porém, o direito garantido na Constituição de 1988 ainda não foi concretizado, pois as políticas públicas para essa finalidade foram pouco favoráveis, deixando assim, o exercício da EJA a desejar. Contudo, apesar da modalidade da EJA ter em seus fundamentos legais o direito a educação proclamada a todos, o exercício da mesma não atende às necessidades existenciais.

Na década de 1990 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo por objetivo atender as populações dos assentamentos. Assim, este programa buscava promover a escolarização dos trabalhadores rurais. O projeto PRONERA utilizava metodologias específicas voltadas para o campo e o desenvolvimento rural, contendo os seus princípios construídos para as classes trabalhadoras.

A educação no campo surge pela necessidade das crianças, jovens e adultos de frequentarem as escolas, pela falta das escolas, de transporte e inclusive pela necessidade do trabalho rural para o sustento.

A educação de jovens e adultos foi abrangida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), estabelecendo no capítulo II, seção V a educação de jovens e adultos citando no seu artigo que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Esclarecendo assim a fundamental importância desta modalidade de ensino.

A EJA, constituída na LDB, ganhou eficácia e tornou-se uma política de Estado de caráter que hoje o governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional. A priori, o interesse do governo é diminuir os índices de analfabetismo do País. A EJA configura-se por muitas vezes num âmbito duvidoso e contraditório, demonstrando a necessidade e as ineficiências das políticas públicas. Assim, compreendo que os problemas da EJA não estão na implementação das leis, mas sim na política educacional que aplica as leis. Tendo em vista tais entendimentos é pertinente destacar que “A aplicabilidade das leis, por sua vez depende do respeito, da adesão e da cobrança aos preceitos estabelecidos e, quando for o caso, dos recursos necessários para uma efetivação concreta.” (SOARES, 2002, p.44).

Indubitavelmente, é empenho de o governo oferecer condições de funcionamento dignas para que seja, de fato, efetivada a educação para jovens e adultos, bem como fiscalizar o funcionamento das políticas educacionais.

A LDB nº 9.394/96 insere a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade de ensino da educação básica regular, respeitando a especificidade da EJA e permitindo incluir projetos políticos, metodologias e diretrizes curriculares próprias.

Com base na LDB, foram estabelecidas as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, tendo em pauta a educação de qualidade e adequada, ou seja, é dever público oferecer o ensino gratuito aos adultos.

Ainda no contexto histórico por volta de 1996, iniciou-se no país o Programa Alfabetização Solidária (PAS), cujo objetivo foi reduzir os índices de analfabetismo. O PAS era destinado ao público jovem e era um programa de curta duração. A proposta do PAS incentivava os alunos à continuidade dos estudos, visando reduzir os expressivos índices de analfabetismo.

Assim sendo, o PAS foi uma meta iniciada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, incluindo também ao longo de seu funcionamento parcerias entre os poderes públicos e instituições de ensino.

É pertinente citar que os alfabetizadores selecionados para o PAS eram de preferência os que terminaram ou estavam cursando magistério, ensino médio ou o último ano do ensino fundamental.

No ano de 1997 foi realizada a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) em Hamburgo que foi outro grande marco na EJA que contou com a participação significativa da sociedade civil, ou seja, a V CONFINTEA no Brasil proporcionou grandes movimentações na política da EJA.

Na oportunidade, os participantes puderam reafirmar o respeito legal aos direitos humanos. É bom também citar que a conferência tinha como tema central “Aprendizagem de adultos a chave para o século XXI”.

A V CONFINEA consolidou duas importantes vertentes para a Educação de Jovens e Adultos, a vertente da escolarização e a da educação continuada, “como exigência de aprender por toda a vida.”.

Dessa forma, considera-se que a Conferencia entendia que os processos de aprendizagens dos adultos devem atender às necessidades como um todo, tanto quanto no aprimoramento profissional quanto no enriquecimento dos saberes.

Torna-se relevante, contudo, ressaltar que a declaração de Hamburgo, aprovada na V CONFINEA, atribui à educação de jovens e adultos, o objetivo de desenvolver a participação dos cidadãos, bem como a promover a garantia do direito universal a educação básica.

Com a V CONFINEA a UNESCO realizou uma avaliação na EJA e seu desenvolvimento, essa avaliação, designada o balanço da educação de adultos, não teve resultados otimistas, no qual houve redução do financiamento para a educação de adultos.

Entretanto, a partir da V CONFENTEIA a educação de adultos adquiriu uma maior abrangência. Sobre esta afirmação Soares (2002, p.9) cita que:

A realização da V CONFINTEIA, em Hamburgo, na Alemanha em 1997, deu um grande impulso para que as diversas iniciativas ligadas a EJA se articulassem. Durante o ano de 1996, realizaram-se vários encontros estaduais de EJA com o objetivo de mapear as ações e as instituições envolvidas com a área.

Em 2003, o então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, tomou novas iniciativas para as políticas públicas de EJA. Embora o país tenha conseguido avanços significativos na educação de adultos é notório ainda um número contundente de analfabetos.

Nesse contexto, a alfabetização definida pelo governo Lula, buscou promover melhorias nas condições cidadã, garantindo o acesso à educação como direito de todos. Muitas mudanças significativas na concepção política da educação de adultos ocorreram de 2003 a 2005, como a criação do Programa Brasil Alfabetizado.

A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu, concomitantemente, a geração de três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional, o PROJOVEM que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos e o Programa de Integração da Educação

Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica, em nível de ensino médio.

O programa Brasil Alfabetizado tem a proposta de erradicar o analfabetismo no país, incluindo os sujeitos analfabetos na sociedade letrada e informacional. Este programa foi implantado em todo o território nacional, atendendo sujeitos analfabetos de 15 anos ou mais.

Faz-se necessário ressaltar ainda que, a política prioriza ações para a democratização da educação, buscando a formação dos sujeitos para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação deve oportunizar a reflexão crítica da realidade, permitindo a busca e meios para transformar a sociedade.

O programa Brasil Alfabetizado está inserido na política de Educação de Jovens e Adultos. O mesmo envolveu outros programas e cursos profissionalizantes para atender às necessidades educacionais do país. Nesta perspectiva, o MEC apresenta a finalidade do Brasil Alfabetizado para a alfabetização de jovens e adultos e idosos. Segundo o MEC (2003) “O programa é uma porta de acesso a cidadania e o despertar de interesses pela elevação da escolaridade.”

No ano de 2005, o PROJOVEM é lançado para atender jovens de 18 a 24 anos, tendo seus princípios voltados para a qualificação profissional. A finalidade do PROJOVEM é proporcionar formação ao jovem, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Compreende-se que o Programa pretende contribuir especificamente para a inclusão do jovem na escola, a melhoria de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho e a inclusão digital. Dessa maneira, o projeto funcionava em um tempo de 12 meses com cursos diários de cinco horas.

Outra vertente do programa Brasil Alfabetizado foi o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional do Ensino Médio para Jovens e Adultos, cuja finalidade é a educação profissional e técnica em nível médio.

O PROEJA foi inserido nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, sendo antes conhecidas como Escolas Técnicas Federais, atualmente, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF), tendo em vista que muitos sujeitos foram excluídos dos processos de escolarização pela sociedade. Com isso a EJA precisava firmar

compromisso com a educação, contribuindo em uma aprendizagem significativa para esses alunos que trazem em si uma história de escolarização e precariedade. A proposta do PROEJA tem como objetivo preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Ao propor uma iniciativa dessas, envolvendo a escolarização e formação profissional inicial, o PROEJA oferece cursos que têm como objetivo proporcionar a formação profissional dos estudantes da EJA, bem como a elevação do nível de escolaridade.

Portanto, na contextualização da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pode-se compreender que a mesma se caracteriza por uma história construída à margem de políticas públicas, e em muitos momentos marcada pela exclusão. Como também é percebido que muito tem se questionado sobre as práticas educativas e formação específica para a atuação na EJA.

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ATUANTES NA EJA: QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS

Neste capítulo, falarei sobre a formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos. Abordarei sobre as concepções que os docentes têm sobre esta formação, posicionando-se e analisando o processo de formação inicial e continuada como meio fundamental para a prática pedagógica. Verificarei e discorrerei se estas formações são oferecidas e de que forma acontecem.

Um dos grandes problemas no âmbito educacional é a formação dos professores. No entanto, apesar de muitos professores terem em seu currículo a formação inicial para o exercício da docência, ainda se percebe que muitos profissionais da EJA necessitam de uma formação específica para atuar nesta modalidade. Neste sentido, torna-se relevante para nós avaliar a formação inicial e continuada dos docentes que atuam na EJA. Assim, uma reflexão sobre formação docente permite que melhor conheçamos os recursos voltados para a formação profissional.

A formação docente específica para a EJA ainda é incipiente no Brasil, haja vista que a preponderância dos cursos de formação inicial ainda é voltada para a docência com crianças e jovens. Então é possível perceber claramente as lacunas existentes na formação do professor de EJA. Sabendo disso, apesar da existência de vários estudos, pesquisas e debates sobre a formação inicial e continuada, de fato ainda existe muita indagação e insatisfação quando se trata da formação docente para a EJA.

Ainda que não seja uma questão propriamente nova, é somente nas últimas décadas que se percebe uma preocupação mais ampla com a formação de educadores para a EJA. Nesta perspectiva, é pertinente mencionar que o período da modernidade foi um grande desafio para os professores e sua formação. Esses desafios requerem novas habilidades e competências para responder às exigências da educação e das demandas que a sociedade atribui a esta.

Ao longo da história da formação de professores podemos perceber a evolução acerca das exigências desses profissionais. Sobre essa afirmação, Hengemuhle diz:

Observa-se que o processo de formação sofreu mudanças no decorrer do tempo, de acordo com as necessidades do mundo atual. Exige-se, desde as últimas décadas,

uma formação a ser realizada em moldes globalizantes (mais flexível e respeitando princípios democráticos) (HENGEMUHLE, 2004, P.133).

Nesse contexto, percebemos que a sociedade está em constante transformação, e com isso os meios de produção exigem um novo modelo de formação. No sistema educacional não é diferente, os professores devem rever suas práticas pedagógicas para que as mesmas atendam às necessidades do sistema educacional, seja das transformações postas pela modernidade ou das inquietações e necessidades das modalidades de ensino.

No entanto, compreende-se que muitos professores permanecem com sua formação inicial acrescida apenas com práticas prontas e acabadas, metodologias e conhecimentos estáveis. Assim, percebemos que muitos paradigmas acerca da formação dos professores necessitam ser mudados. Nesta ótica é pertinente ressaltar que:

A mudança não ocorre nem espontânea, nem repentinamente. Ela necessita ser desconstruída e reconstruída aos poucos. Várias são as maneiras de fazê-lo. Podemos citar, entre elas, nesse momento inicial, o estudo pessoal e coletivo dos atuais professores formadores e daqueles que já concluíram a graduação e estão atuando nas escolas. (HENGEMUHLE, 2004, P.20).

Dessa maneira, percebe-se a urgência em desenvolver novas propostas de formação para os educadores da EJA, com base legal, e com orientadores bem fundamentados para que deem aos educadores subsídios teórico-metodológicos condizentes com essa modalidade de ensino.

Evidentemente é necessário rever e até mesmo reconstruir políticas públicas e diretrizes que garantam a efetivação da modalidade EJA de forma satisfatória. Uma política educacional voltada também aos professores que estão atuando na mesma, afim de que estas formações ofereçam subsídios para compreender todo o processo educacional especificamente da EJA.

A formação do professor é fator determinante para que o mesmo dê conta das questões contemporâneas relacionadas à aprendizagem. Dessa maneira, é pertinente identificar especificidades que delineariam o perfil do educador de jovens e adultos, a partir das quais possam ser definidas as diretrizes de sua formação.

Para tanto, os cursos de formação de professores para a EJA devem desenvolver uma prática coerente com as características que desejamos. Uma prática que reconheça e utilize os

saberes e as histórias de vida dos próprios educadores e educandos que potencialize suas reflexões, críticas e suas inserções sociais. Nesta perspectiva é pertinente citar:

A formação requer, ainda que se constituam competências que habilitem o educador a trabalhar, para garantir o direito dos alunos e das alunas da EJA ao acesso a conhecimentos socialmente valorizador, priorizando os saberes significativos para a vida adulta. (SOARES, 2006, p.282)

Nesta perspectiva pode-se afirmar que para ensinar na EJA é necessário conhecer os educandos, os diferentes grupos sociais, as diferenças, as semelhanças, ou seja, o educador tem que levar em considerações na sua prática pedagógica todo o contexto histórico, político, social e cultural dos educandos.

Sabe-se que a prática por si só não dá conta de compreender a completude e especificidades do processo de ensinar e aprender. Entretanto, a formação está em constante construção. É pertinente ressaltar que modificar a realidade da formação de professores é possível, basta uma política efetiva para a formação inicial e continuada do professor da EJA.

Nesse sentido, foi possível perceber que, mesmo estando sob o amparo da legislação a educação de jovens e adultos ainda é insuficiente o trabalho de formação docente de modo a capacitar a prática dos professores para melhor atender e compreender as especificidades da modalidade.

Tendo em vista tais entendimentos, faz-se necessário ressaltar que poucas universidades e faculdades oferecem uma formação inicial específica para os docentes que irão atuar na EJA, ou seja, a formação docente para a EJA vai se firmando e se construindo na prática docente cotidiana. Nesta ótica, Soares cita que: “há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços para discussão da EJA, seja nos cursos de graduação, seja nos de pós-graduação e extensão” (SOARES apud MACHADO, 2000, p. 16).

Em conformidade com o exposto acima, torna-se fato que uma formação específica nos cursos de graduação para a EJA é sempre um desafio. Apesar de algumas instituições oferecerem habilitação para a EJA, parte dos alunos não opta pela mesma.

Ainda nesta perspectiva da formação do professor é indispensável ressaltar que:

A constatação da existência de certa descontinuidade entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, entre a oferta de habilitações específicas e os critérios pelos quais as redes de ensino realizam o recrutamento e a atribuição de funções docente, recomenda a abertura de canais de diálogo entre os centros de formações e os gestores. Esses canais devem, por um lado, permitir às instâncias de formação conhecer melhor as demandas do mercado e avaliar as interferências que possam vir a ter a proposta de formação; por outro lado, colaborariam, para que as instituições educativas compreendessem melhor as contribuições da formação específica para a atuação do educador de jovens e adultos. (SOARES, 2006, P.284)

Percebe-se que as experiências de formação em graduação de pedagogos para atuar na EJA são insuficientes. Assim, os cursos de graduação terão que ser revistos, pois parte dos cursos de pedagogia prepara docentes para o ensino de crianças. Provavelmente as práticas didáticas e pedagógicas usadas na EJA se tornam inadequadas, devido ao não direcionamento de formação docente com vistas ao ensino para jovens e adultos.

Sabendo que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto, passamos a compreender que o papel do professor vai muito além do que o mero ensino pronto e acabado, especialmente o professor que atua na EJA, pois este busca compreender melhor o aluno e sua realidade cotidiana. Enfim, acredita, nas possibilidades do cidadão, buscando acreditar nas possibilidades do cidadão, no seu crescimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, ponderar sobre a formação de professores, e mais especificamente os da EJA, é essencial, para compreensão de que é fundamental ter professores com formação específica para atuar na EJA. Assim, com os professores habilitados para a escolarização de jovens e adultos terão mais potencialidade para contribuir para que a escola participe de processos de mudança mais efetiva na educação dos alunos jovens e adultos. Todavia, sabe-se que a preocupação com a formação de professores para atuar com esta modalidade é recente. Poucos cursos estão criando habilitações ou inserindo disciplinas para tratar sobre o ensino de jovens e adultos, ou ainda programas de pós-graduação em nível de especialização com trabalhos produzidos nessa modalidade.

Atualmente, a formação e atuação do professor é muito mais do que contemplar apenas o domínio do conteúdo e a capacidade de transmiti-lo ao aluno. É importante preparar o professor na perspectiva do professor reflexivo para que este contribua de maneira significativa para a renovação das suas práticas pedagógicas.

Assim, como é sabido que a formação inicial, ou seja, a formação acadêmica de graduação do professor para atender a especificidade da EJA é ainda principiante, a perspectiva reflexiva assumida na formação continuada ao longo da carreira profissional deve contribuir para que os docentes dessa modalidade de ensino possam melhorar o desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

No tocante à formação continuada, se faz necessário ressaltar que:

É verdade que o alfabetizador tem uma grande série de perguntas antes de iniciar seu trabalho. Nada impede, portanto, que exista uma ação formadora inicial para responder a estas perguntas. Todavia, estas perguntas nem de leve afloram o que irá surgir na prática da alfabetização. No enfrentamento das dificuldades é que irão surgir a maioria das indagações. Portanto, é necessário garantir um espaço para que estas questões sejam resolvidas. Assim, o processo não se esgota na formação inicial, mas continua durante todo o processo. Portanto, é necessário um processo de formação permanente. (GADOTTI e ROMÃO, 2011, P.95).

Assim, enquanto a formação inicial para o educador da EJA em um curso de licenciatura não se faz realidade, percebe-se que este educador adquira seus saberes na prática e na formação continuada, ou seja, a formação vai se construindo mediante as necessidades percebidas na prática. Pois, dificilmente, na formação inicial ele teve oportunidades de aprender e refletir sobre os processos de desenvolvimento do aluno adulto.

Em vista disso, para atender a formação do profissional para a EJA, acreditamos em uma formação continuada que possibilite ao professor uma participação mais ativa oferecendo meios de desenvolvimento da autonomia e da capacidade de trabalhar com as transformações tecnológicas e adquirir novos conhecimentos.

É neste sentido que muitos profissionais reconhecem a necessidade de mudanças quando se trata de formação profissional, percebendo a incompletude de sua formação. Assim, buscam reconstruir suas identidades profissionais. Nesta perspectiva de formação, Freire (1999, P.80) assinala que “Como professor preciso me mover com clareza. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência, o que me pode tornar mais seguro do meu próprio desempenho”.

Assim, os professores devem levar a sério sua formação, estudar, se esforçar e estar sempre motivado a melhorar o seu desempenho. Desse modo, a formação permanente deve

partir também dos próprios professores, de tal forma que os mesmos não se contentem com apenas a formação inicial, mas busquem ir além se aperfeiçoando cada vez mais.

Outro fator preponderante é que muitos dos profissionais que atuam na EJA não pensam ou analisam suas práticas. Pois sabe-se que os professores da educação de jovens e adultos precisam pensar sobre suas práticas na tentativa de oportunizar meios para uma mudança nestas. É importante que enquanto professores, façamos o exercício de investigação da prática. Por isso, a formação inicial e continuada na EJA é tão importante, no sentido de trazer ao professor dessa modalidade conhecimentos do campo específico que o possibilitará a formação de uma compreensão maior do que irá trabalhar e como trabalhar o processo de ensino-aprendizagem de forma mais eficaz e significativa para si e para seus alunos. Nesta ótica,

O educador deverá ser preparado para confrontar os conhecimentos escolares com as necessidades e os desejos de suas alunas e de seus alunos. Isso, por certo, levará à exclusão de conteúdos irrelevantes que se acumularam nos currículos ao longo da história das instituições escolares, e à inclusão de outros tantos, não contemplados tradicionalmente, mas demandados pelos sujeitos da aprendizagem. (SOARES, 2006, P.283)

Dessa maneira, faz-se necessário ressaltar que a formação continuada objetiva, além do aprofundamento e atualização dos conteúdos, um constante processo de auto avaliação que dirija a construção contínua das competências profissionais do professor.

Nesse sentido, a formação continuada precisa proporcionar ao professor condições para exercer sua profissão com autonomia por meio do desenvolvimento de competências que forneçam o desenvolvimento integral do aluno, respeitando as diversidades culturais e sociais.

A formação continuada do professor ocorre ao longo da vida profissional pelo fato das demandas educacionais surgirem a todo instante e a prática por si só não dar conta de compreender a complexidade e as especificidades do processo de ensinar e aprender na EJA. Constitui-se, então, uma necessidade para o melhor funcionamento da prática educativa. E no que conduz o trabalho, assim compreende-se que a formação docente é uma premissa para a melhoria do processo de ensino.

Por conseguinte, é pertinente ressaltar que os cursos de formação continuada sempre existiram, porém o que difere é a eficácia dos mesmos que deixa a desejar quando se trata da

modalidade EJA. Assim os cursos que são realizados conta com a participação dos profissionais educacionais de outras instituições. Essas formações precisam proporcionar meios pelos quais se alcancem os objetivos da modalidade educativa EJA. Além disso, a participação em eventos, tais como intercâmbios, palestras, seminários, entre outros, são importantes meios de atualização e troca de experiências possibilitando a ampliação dos saberes dos profissionais envolvidos.

Dessa maneira, a procura por formação deve, ou deveria ser inerente à prática do professor. No entanto, esta busca, muitas vezes não faz parte do cotidiano dos professores e não é incentivada pelas instituições para as quais trabalham. Diante do exposto, compreendo que a formação continuada do professor tem que ser idealizada como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica, renovação das práticas, construção, e não como mera aprendizagem de novas técnicas, ou o simples fato de adquirir um acréscimo no salário.

A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito às especificidades da EJA, uma vez que se faz necessário uma melhor compreensão do que é a EJA, bem como as metodologias, avaliação, conteúdos e todo o seu funcionamento, para então assim trabalhar com alunos jovens e adultos que constituem um público heterogêneo e diversificado.

Assim sendo, o educador de Jovens e Adultos tem o papel de compreender as múltiplas diversidades existentes neste público, como também ter clareza das várias realidades que compõem a sala de aula da EJA, tais como: alunos trabalhadores, idosos, alunos carentes com problemas financeiros e/ou de saúde, jovens com problemas de alcoolismo e uso de drogas, desempregados e muitas outras realidades. Por isso deve proporcionar aos seus alunos a oportunidade de trocar experiências entre si e o grupo e colocar-se numa postura de estar sempre aprendendo, pois, o saber vem de todos os lugares e de todos os indivíduos, pois como afirma Freire (2002, p.25), “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que as conotam, não se reduzem à condição de objeto, um ao outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”.

Dessa maneira, os professores da educação de jovens e adultos efetivamente têm que compreender e considerar a cultura e as vivências dos educandos para promover uma

educação que seja significativa, contemplando todo o contexto histórico, político e sócio-cultural dos educandos.

O professor da EJA, como o de todas as modalidades e níveis de ensino tem o compromisso de estimular, incentivar e despertar nos educandos a sua valorização e autonomia. Mais especificamente, o mais importante na postura do professor da EJA é fazer com que o aluno se sinta sujeito da construção da sua aprendizagem.

Torna-se relevante, contudo, compreender que os professores da EJA durante o processo constante de formação está sempre revendo a sua prática, bem como buscar enriquecer a mesma. Pois, é esta formação que irá favorecer o desenvolvimento de competência pedagógica renovada. Desse modo, os professores os pontos citados anteriormente são fundamentais para que os mesmos estejam preparados para ajustar sempre suas práticas pedagógicas às necessidades dos educandos, e isso se dá no processo de observação e reflexão do seu trabalho, para que se busquem meios de formações favoráveis e significativas para atuar na EJA. Nesta perspectiva é importante ressaltar que:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática, enquanto objeto e análise, deve dela aproximá-lo ao máximo (FREIRE, 1996, p. 43-44).

É pertinente ressaltar que os profissionais da educação não têm sua formação pronta e acabada, é um constante fazer-se e refazer-se, ou seja, um processo contínuo. Tendo em vista tais entendimentos, Gadotti e Romão (2011, P.101) nos esclarecem que “pensar a prática é uma das formas de modificar a teoria e aprimorar a prática. Daí resulta que todo trabalho de formação não pode deixar de realizar um trabalho de reflexão da prática.”.

Nessa perspectiva, é indispensável que os profissionais envolvidos com a educação de jovens e adultos estejam em constante ato de reflexão crítica sobre a modalidade EJA, a sua formação, bem como entender que as políticas públicas direcionadas à formação docente. Para que então assim os mesmos possam se posicionar de forma autêntica exigindo que de fato as leis educacionais sejam efetivadas. A formação continuada, assim, estará dando continuidade ao processo permanente de desenvolvimento profissional do professor, abrangendo o mesmo objetivo da formação inicial: capacitar profissionais para atuarem no processo de ensino-aprendizagem.

Por conseguinte, é pertinente ressaltar ainda, que parte dos professores que trabalha na Educação de Jovens e Adultos não está preparada para atuarem no campo específico dessa modalidade de ensino. Alguns são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular, outros não têm formação em curso superior, apenas em normal, nível médio.

Na formação de professores não se tem observado uma preocupação referente ao campo específico da Educação de Jovens e Adultos e isso é um dos grandes entraves evidente na educação e jovens e adultos, uma vez que o profissional sem formação específica, não terá subsídios favoráveis para atuar, exercendo, muitas vezes, práticas que não condizem com a realidade da modalidade EJA.

É comum encontrar docentes atuando na EJA estando desprovidos de um aporte teórico sobre esta modalidade de ensino. GADOTTI e ROMÃO (2011, p.122) assim comentam sobre esta questão:

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que, na formação de professores, em nível médio e superior, não se tem observado preocupação com o campo específico da educação de jovens e adultos. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes.

Sabe-se que para atuar na Educação o professor tem que ter sua formação em curso de licenciatura plena de nível superior, ora oferecido por universidades públicas e particulares e institutos superiores de educação, haja vista que de acordo com a política de formação de professores explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, a formação do professor precisa estar fundamentada em uma educação para o convívio social entre diferentes culturas, reconhecendo os valores e os direitos da humanidade. Nesta ótica, vejamos o que Soares afirma que:

A formação dos docentes de qualquer nível ou modalidade deve considerar como meta o disposto no art. 22 da LDB. Ele estipula que a “educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Este fim, voltado para todo e qualquer estudante, seja para evitar discriminações, seja para atender o próprio art. 61 da mesma LDB, é claro a este respeito: “A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos

objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando...”. (SOARES, 2002, P.113-114.)

Assim sendo, os cursos de formação de professores devem buscar desenvolver meios para oportunizar uma prática pedagógica crítico-reflexiva a fim de orientar seus educandos por meio de uma didática que vise a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Gadotti e Romão, “A formação do educador depende muito mais de sua inserção social e no político do que numa boa reformulação dos currículos e de cursos” (2011 p. 64).

Portanto, com base na citação acima, é notório que as políticas públicas de educação no Brasil devem apontar para a necessidade de um profissional com qualificação efetiva, pois a prática educativa exige, cada vez mais, maior qualificação docente, e nesse caso, os cursos de formação de professores passam a ter um papel crucial no contexto atual, a fim de que em seu próprio processo de formar professores, possam desenvolver nos futuros educadores as competências necessárias para que estes possam atender as demandas desta modalidade.

Contudo, com os entraves percebidos na Educação de Jovens e Adultos, acredita-se que as autoridades educacionais percebam a imprescindível necessidade de que as políticas públicas atuais sobre a EJA sejam revistas, bem como ativar a fiscalização das mesmas, ou seja, necessita-se de que a sua aplicação seja acompanhada e supervisionada por setores que atuam no campo da EJA. Outro fator importante para a realização a contento da EJA é o comprometimento dos profissionais e instituições com a formação dos educadores, uma formação que atenda às necessidades do fazer pedagógico e, acima de tudo, considere no processo de formação contínua, os estudos, planejamentos, pesquisas que, de certo modo, oportunizem o desenvolvimento de um processo de ensino mais adequado aos educandos da EJA.

3. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA NA CIDADE DE CAJAZEIRAS

Na análise de dados levou-se em consideração a formação docente dos profissionais da EJA. Sob o ponto de vista já mencionado anteriormente, durante os estudos acerca da temática.

Para essa investigação de estudo foram coletas informações que serviram para análise dos dados. O lócus da pesquisa será a instituição E.M.E.I.E.F. Antônio Tabosa Rodrigues CAIC- de Cajazeiras – PB, no qual os dados colhidos serviram de subsídios para a pesquisa.

Foi utilizado como instrumento para coleta de dados entrevista semi- estruturada que serão respondida por 3 professores da Educação de Jovens e Adultos da referida Unidade escolar. Assim a mesma permitira um contato direto com os entrevistados com o intuito de obter dados necessários acerca dos objetivos a serem alcançados.

Segundo (MINAYO,1994, p.57) :

Pela entrevista o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A esse respeito, saliente-se que as entrevistas aplicadas constam de uma relação de oito perguntas direcionadas a três professores, no qual os entrevistados responderão livremente. É pertinente mostrar que segundo RICHARDSON(1999.P, 160) , “ a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas.(...)”

Assim, em conformidade com o pensamento, é importante ressaltar que a entrevista possibilita a interação entre entrevistado e entrevistador, a criação de um contato próximo e estimulador.

Dessa maneira, a entrevista será elaborada de acordo com os objetivos que se deseja alcançar neste projeto. Buscando compreender como ocorre a formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras, como também identificar como acontece o processo da formação inicial e continuada dos professores, e se esta formação favorece o desenvolvimento de competência pedagógica renovada.

Nesta perspectiva, busca realizar a pesquisa com 3 professores que atuam na EJA, após a coleta dos dados será feita a análise das informações colhidas que será fundamental para a compreensão e reflexão do estudo, as análises serão feitas individualmente, de forma sistemática verificando o que se confirma com as teorias estudadas. Por conseguinte, com as informações adquiridas será realizado a análise dos conteúdos de forma objetiva e sistemática, comparando-as com as teorias estudadas.

Em suma, como ressalta RICHARDSON (1999, P. 176):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

O critério de escolha que utilizei para decidir fazer esta pesquisa com estes professores foi o fato de já conhecer os mesmos facilitando assim, o acesso as informações acerca do estudo proposto.

Assim, nessa pesquisa houve oportunidades de se conhecer melhor a EJA e de que maneira a mesma tem contribuindo para o acesso de qualidade deste segmento de ensino para os cidadãos.

A propósito disso, outra questão se faz necessário considerar, que o compromisso para a EJA e na EJA não se limita apenas com a formação específica para os docentes que na mesma atuam. Reverter o quadro dos problemas educacionais no País é um dever, um compromisso sociopolítico a ser assumido por todos aqueles que se dedicam à Educação.

Com as narrativas e a vivências que serão aqui apresentadas pode-se compreender que a formação dos educadores e educadoras passa, necessariamente, pelas vivências do cotidiano, uma vez que a formação para a EJA vai acontecendo na EJA. Dessa maneira, a formação esta intimamente ligada aos nossos costumes, hábitos, conceitos, preconceitos. Enfim, formação e experiência são inseparáveis, ou seja, é um processo permanente de conhecer, construir e reconstruir conceitos e práticas.

Outro interesse nesta pesquisa foi de analisar se a formação que os docentes da EJA têm, favorece o desenvolvimento de competência pedagógica renovada. Sobre este ponto é pertinente mencionar que os professores da EJA enfrentam grandes dificuldades em relação a

prática pedagógica, muitas das vezes pela falta de conhecimento e de uma formação específica voltada para os interesses desta modalidade de ensino.

Assim, através da entrevista foram coletadas importantes informações que alicerçaram as reflexões sobre a importância da formação dos professores da EJA como essencial para práticas significativas. Os dados foram coletados mediante aplicação de uma entrevista semiestruturada, com 08 perguntas respondidas por uma amostra de 3 professores que atuam na EJA.

Em princípio, ao se realizar a entrevista foi importante conhecer a quanto tempo os profissionais entrevistados atuam na docência. Verificou-se que os mesmos possuem um tempo bastante significativo.

Conforme demonstrado na tabela:

TABELA 1. Tempo de atuação na docência	
Professor A	31 anos
Professor B	13 anos
Professor C	10 anos

Ao verificar a tabela acima, podemos observar diferentes tempos de atuação profissional. Nesse sentido, também se faz necessário, na competência profissional do professor, o desenvolvimento da ação no trabalho docente articulada com o processo contínuo-reflexivo da própria prática. Os professores não possuem seus saberes de forma unificada, mas sim individualizados com base nas experiências. Portanto, as experiências são fundamentais para a construção da identidade profissional.

Quanto ao processo de formação, dos 3 profissionais entrevistados todos possuem graduação e especialização, porém apenas 1 dos entrevistados está cursando especialização específica para a modalidade EJA.

Para demonstrar segue tabela:

TABELA 2. Formação Acadêmica dos Professores		
	Graduação	Especialização
Professor A	História	Especialização em Educação de Jovens e Adultos
Professor B	Logos II, Letras	Especialização em Metodologia do Ensino
Professor C	Letras	Especialização em Gestão Educacional

Como visto anteriormente apenas 1 dos professores entrevistados está cursando especialização para a EJA. Em relação à formação inicial, nenhum dos professores teve formação específica para atuar nesta modalidade, como também não cursaram nenhuma disciplina específica para estudar sobre a EJA.

Os professores relatam que a formação para a EJA foi acontecendo na EJA, com as experiências adquiridas nas práticas pedagógicas e os entraves. Alguns professores participaram de eventos, cursos e departamentos relacionados a EJA, mas poucos são os oferecidos especificamente para a EJA pela instituição que trabalham.

Sobre as necessidades na formação docente perguntei aos professores: Há quantos anos você trabalha lecionando na EJA e quais necessidades de formação você percebe, olhando para esse seu trabalho?

O **professor A** mencionou “trabalho a 11 anos na EJA e a maior dificuldade está relacionado aos próprios objetivos da própria modalidade.

Já a **professora B** “quando iniciei no magistério, além do estágio e de substituição de professores, comecei lecionando na EJA e continuei por dois anos. Só ano passado que voltei a trabalhar novamente com o programa jovens e adultos. Quanto à formação, vejo uma necessidade para que o trabalho com alunos da EJA, seja melhor conduzido e diferenciado daquele público que é de certo modo diferenciado do ensino regular.”

A **professora C** “trabalho na EJA há 5 anos e em muitos momentos me deparo com grandes dificuldades na minha prática, o publico da EJA é complicado, alguns vão, outros desistem com um tempo e não voltam mais, isso é uma grande dificuldade pois existe a necessidade de uma formação para a EJA para esclarecer melhor como se trabalhar, me sinto angustiada quando a isso pois as vezes não me identifico com esta modalidade.”

Analisando as respostas dos professores percebe-se que a formação de professores para a EJA ainda deixa muito a desejar, tanto inicial como a formação continuada, e isso é um fato que precisa ser revisto. Pois, considera-se que indubitavelmente que o processo de formação é entendido como um processo de aprendizagem. Portanto, pensar a prática é uma das formas de modificar as ações. Neste sentido, resulta que todo o processo de formação não pode deixar de ser realizado mediante a reflexão da prática.

Por conseguinte foi imprescindível verificar se os professores entrevistados possuíam algum curso de formação específica para trabalhar na EJA e como foi esse curso e se caso não tiveram, qual foi o motivo.

Sobre esta questão o **professor A** respondeu que “não tive uma formação inicial específica, mas participou de vários cursos com a temática relacionada”.

Já a **professora B** “Cursos específicos para trabalhar com Jovens e adultos não tive, porém participei de algumas formações nessa área.”.

A **professora C** relatou que “Minha formação inicial não foi para a EJA, nem as especializações, eu atuo na EJA vem material para os alunos, reuniões de planejamentos, mas um estudo específico para conhecer melhor a EJA e seu funcionamento a instituição não oferece, já teve sim departamentos em outros locais e cursos também, mas nunca tive interesse de frequentar devido a falta de tempo.”

Com as informações adquiridas podemos verificar que a formação específica para a EJA é incipientes, as formações que parte dos entrevistados tiveram foram através de cursos, eventos, ou seja, cursos temporários com temática específica. Porém muitos dos profissionais não participam destes eventos devido o tempo desfavorável.

A formação dos educadores tem se inserido na problemática mais ampla da modalidade EJA como um campo específico. É imprescindível mencionar que a LDB 9394/96 estabelece a necessidade de uma formação para se trabalhar com os Jovens e Adultos. Nesse

sentido, se faz necessário ampliar as discussões teórico-metodológicas e políticas para a modalidade. Um comprometimento com a formação dos educadores visando oportunizar e contribuir para novas práticas.

Entende-se que a própria legislação foi incorporando à necessidade de formação desse educador. A LDB 5692/71 explicitou a necessidade de preparação do professor tendo em vista às especificidades do trabalho com adultos. A LDB 9394/96 traz a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com o jovem e o adulto.

Dando continuidade a análise da entrevista foi exposta a seguinte pergunta: Sabe-se que atualmente são oferecidos cursos de formação continuada ou em serviço para os profissionais da educação. Tendo em vista esse fato, como acontecem essas formações, pensando-se na especificidade do público e da modalidade EJA?

O professor A: “essas formações tem acontecido em ambiente próprio onde as aulas foram ministradas.”

Já a **professora B** relatou que “Sinceramente as formações específicas a modalidade EJA não acontecem”.

A professora C mencionou que “desconheço se essas formações acontecem, mas é lamentável quando as formações continuadas não atendem as especificidades da EJA, elas não acontecem e quando acontecem é algo imposto, obrigado que se torna, de fato, sem proveito”

Nessa perspectiva é perspectiva é importante considerar que:

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria, prática sem qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. O que me interessa agora, repito, é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais a prática educativo crítica ou progressista e que, por isso mesmo, devem ser conteúdos obrigatório a organização programática da formação docente. Conteúdo cuja compreensão tão clara e tão lucida quando possível deve ser elaborada na prática formadora (..)
(FREIRE, 2002, P.24)

Durante o processo de investigação com os professores, aproveitei para perguntar qual o posicionamento teórico específico os mesmos trabalhavam, demonstra as respostas que os **Professores A e B** falaram respectivamente sobre Paulo Freire, o **Professor A** relatou: “todo o fundamentação se dá em Paulo Freire, pois o mesmo questiona melhor a temática da

modalidade”. **Professora B** respondeu: “ trabalho em algumas teorias, não especificamente em um tópico, mas procuro recorrer a Paulo Freire, porque o considero um verdadeiro conhecedor da modalidade EJA.” **A professora C** respondeu: “eu trabalho a EJA de acordo com os livros didáticos da modalidade, não com uma linha de pensamento só, ou uma única teoria.”

De acordo com os professores A e B Paulo Freire é um grande teórico sobre a EJA, Freire sistematizou um método elaborado essencialmente para a educação de adultos, um método de alfabetização, no qual o ato de educar não acontece de forma isolada, mas não é apenas Freire que tem suas teorias voltadas para a EJA, outros pensadores também tem essa preocupação, como também é importante considerar que os próprios professores que atuam na EJA devem se consideram como autor de histórias e de teorias uma vez que a experiência é considerada enriquecedora ao conhecimento. Sobre esta consideração é pertinente citar que:

Embora a matriz freireana seja a inspiração inicial e predominante nas habilitações em EJA, observa-se a emergência de outras referências teóricas, denotando que a construção epistemológica, nesse campo, encontra-se em processo e aberta. (SOARES, 2006, P.284)

Por conseguinte durante a entrevista questionei os professores entrevistados se os mesmos consideram necessário ter uma formação específica para os profissionais da EJA e por que.

Sobre este questionamento o **professor A** respondeu: “Sim. Porque grande parte dos professores da EJA não possui conhecimentos específicos sobre a modalidade.”.

Sobre este questionamento a **professora B** respondeu: “Eu acho muito importante que haja uma formação, pois esse público é um grupo especial, com suas particularidades.”

Já a **professora C** respondeu: “Não considero essencial uma formação inicial específica, mas acredito que reuniões de departamento, planejamento e orientações sejam fundamentais para a prática”.

Outro fator importante é de que forma os entrevistados analisa, no geral, o processo de formação para lecionar na EJA.

O professor A respondeu: “Não tenho conhecimento dessa formação específica, se acadêmica eu não sei. Se a formação que trata a questão for a denominada continuada, acho

que na medida do possível acontece, isso deve ser uma preocupação mais dos professores do que das próprias instituições.”

Já a **professora B** respondeu: “mesmo sabendo-se que a EJA seja um público especial, não vejo necessidade que tenha um curso específico para trabalhar com alunos da EJA, porém deve-se ter formações para orientações desse trabalho com alunos que por um motivo ou outro, não conseguiram estudar, como alunos do curso regular.”

A **professora C** respondeu: “desconheço como acontece esse processo de formação”

Sobre estas colocações é pertinente citar que:

Toda formação de educadores em serviço tem por objetivo promover a reflexão que provoque e fundamente a mudança da prática educativa; e configura-se como um processo de intercâmbio de perspectivas pedagógicas, o que implica a problematização da prática e a explicitação da teoria pedagógica a ela subjacente. Na formação continuada em serviço, assim como na formação inicial dos educadores e das educadoras, a pesquisa sobre a prática constitui princípio e diretriz, e o registro e a sistematização são seus instrumentos essenciais. (SOARES, 2006, 287)

De acordo com a citação acima e tendo por base os posicionamentos dos entrevistados, compreendo que na formação dos educadores as práticas formativas serão desenvolvidas, predominantemente, por meio da formação inicial nos cursos de graduação. Mas, posteriormente isto será ampliado com a formação continuada com base em pesquisas, estudos, planejamentos e bem como as práticas desenvolvidas em sua profissionalização. Assim, alguns fatores contribuem para o desenvolvimento das práticas formativas. Nessa linha de análise, é importante destacar que nenhum dos entrevistados tiveram sua formação específica para a docência na EJA, as formações quando acontecem são feitas através de aulas, reuniões e palestras. É notório que os professores necessitam de uma formação direcionada para a prática pedagógica e não apenas fundamentada em teorias, mas de tal forma que as formações atendam as necessidades e dificuldades do dia a dia da sala de aula.

Pensar na formação do docente para a realidade da Educação de Jovens, Adultos, é pensar nos sujeitos que historicamente que não tiveram uma escolarização inicial eficaz, diante das necessidades e demandas da sociedade, deve-se pensar em políticas públicas que reparem essas defasagens do sistema educacional brasileiro, bem como, políticas para formação dos educadores que trabalham com essa realidade. Portanto, ao se pensar em

políticas para a formação de docentes, é importante pensar que este docente está inserido em uma realidade específica.

Assim, a formação docente deve partir do conhecimento da realidade a que os educandos estão inseridos e através de subsídios dessa realidade buscando organizar ações para melhorar sua prática pedagógica. Entretanto, o desafio então é pensar em formação continuada, tanto para o educador, quanto para o educando.

A educação de jovens e adultos encontra-se diante de antigos e novos desafios para melhorar a sua qualidade como um todo, dentro desses desafios, está a formação de professores para atuar nesta modalidade de ensino. O grande desafio de ser professor consiste em buscar o conhecimento inovando a prática, se capacitando para atender as demandas da realidade e da atualidade. Dessa maneira, é necessário que o professor não se contente com apenas a sala de aula, mas compreenda que é parte complementar da educação da própria sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como ocorre a formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras, bem como identificar como acontece o processo de formação inicial e continuada dos mesmos.

A partir das reflexões pontuadas nesta pesquisa torna-se claro que a formação docente para a EJA é intrinsecamente ligada a diversos fatores, como a visível necessidade de compreender o processo de ensino e aprendizagem, a efetivação de práticas pedagógicas significativas e uma melhor compreensão acerca das políticas desta modalidade de ensino.

Com estes estudos baseados em análise e reflexões é possível perceber a fundamental importância da formação específica para atuar na EJA. Entretanto, considero que a formação para a EJA acontece de forma significativa durante as formações continuadas, após a graduação, uma vez que poucas são as universidades que oferecem uma formação inicial específica para a modalidade da EJA.

Assim sendo, a formação docente dos profissionais que atuam na EJA vai acontecendo durante todo o processo de atuação, mas muitas vezes a necessidade de uma formação específica é suprida pelo próprio educador. Ele passa a ser pesquisador e responsável por sua própria formação procurando meios que favoreçam conhecer melhor a EJA e suas especificidades, de tal forma que esta formação favoreça o desenvolvimento de competência pedagógica renovada.

Dessa maneira, é lamentável que muitas instituições de ensino não ofereçam formação continuada que atenda às necessidades dos professores da EJA. Esta posição reforça também que nas formações continuadas se faz necessário ampliar as discussões, estudos teóricos, metodológicos, análises e debates acerca das políticas públicas que são pertinentes para a modalidade de ensino da EJA.

A experiência de realizar esta pesquisa foi inovadora. Relevante do ponto de vista da aprendizagem e do conhecimento de uma realidade constatada por meio de pesquisa. Proporcionou imensa contribuição no tocante à formação enquanto educanda e, ao mesmo tempo, educadora.

Pode-se observar que para os educadores que participaram da pesquisa esta também se constituiu numa importante experiência, pois pela entrevista realizada compreendi e pude perceber o posicionamento dos professores que atuam na EJA, percebendo suas angústias, anseios e perspectivas no ensino desta modalidade. Assim, é pertinente citar que este tema tem despertado em mim um maior interesse de aumentar meus conhecimentos sobre o assunto, de uma formação continuada.

No decorrer do trabalho, tornou-se imprescindível compreender a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos, que serviu como um indispensável instrumento de análise da modalidade da EJA, uma vez que, se fez essencial pesquisar e estudar sobre a Educação, mais precisamente sobre a Formação de Professores os seus aspectos estruturais, funcionais, sociais e políticos.

Portanto, na contextualização da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil pode-se compreender que a mesma se caracteriza por uma história construída á margem de políticas públicas, e em muitos momentos marcada pela exclusão. Como também se percebe que muito tem se questionado sobre as práticas educativas e formação específica para a atuação na EJA.

No decorrer do trabalho, na análise dos dados coletados com os professores (a), foi possível perceber que alguns profissionais encontram grandes dificuldades na prática pedagógica devido a falta de conhecimentos específicos para atuar na modalidade EJA. Distante desse fato, outros profissionais demonstram que são insatisfeitos em suas práticas, não se identificando com o fazer profissional, não se preocupando com sua formação, cumpre apenas a carga horária estabelecida.

Constatou-se ainda, que o modelo de formação continuada apoia-se na ideia de conhecimentos e técnicas para o desenvolvimento de competências profissionais necessárias para a atuação eficaz. A construção contínua dos saberes não deve ocorrer de forma isolada, mas na parceria entre profissionais que vivenciam diferentes níveis de desenvolvimento profissional. É pertinente mencionar também que o professor precisa discutir e analisar a didática que esta sendo utilizadas na EJA, buscando melhor adequá-la às necessidades dos educandos. Sabendo disso, a busca de uma melhor formação profissional de professores dar-se-á a partir da sua necessidade consciente de buscar mais e não de se conformar.

É relevante também insistir na necessidade de se formar o professor pesquisador, capaz de desenvolver análises que articulem teoria-prática, como também de favorecer a capacidade de pensar reflexivamente seu trabalho, de compreender a realidade e agir sobre ela, de introduzir seus alunos nas diversas formas de aprendizagem.

Entretanto, a formação continuada é pensada, geralmente, como uma série de cursos, palestras, oficinas, que na maioria das situações, essa formação apresenta características de cursos de aperfeiçoamento estritamente informativos, com isso os professores lastimam-se por que muitas das vezes os cursos que são oferecidos não atendem as necessidades dos mesmos. Dessa maneira, é pertinente que os responsáveis pelo acompanhamento, formação de professores do município considerem importante uma conversa prévia com os educadores sobre as reais necessidades dos mesmos.

Torna-se relevante, contudo, ressaltar que a formação do educador não é estável, mas sim um processo contínuo envolvendo reflexão, reconstrução e aprendizagens. A formação continuada do educador e para o educador de fato sempre existiu, partindo do princípio que o mesmo é autor responsável por sua formação, com isso compreende-se que o professor precisa estar sempre buscando aprimorar seus conhecimentos, se aperfeiçoando, ou seja, dando continuidade a sua formação, uma vez que está será favorável para o aprimoramento de competências pedagógicas significativas. É pertinente também citar que, atualmente os cursos de licenciatura em pedagogia estão incluindo na sua grade curricular disciplinas voltadas para a educação popular e educação de jovens e adultos, uma implementação bastante significativa.

Contudo, conclui-se que a formação específica de educadores para a EJA é fundamental para que se desenvolva uma prática educativa eficaz, ou seja, é a formação de cidadãos profissionais capazes de compreender a realidade do mundo em que vivem para nele se inserir e participar de forma ética e competente. No entanto, são necessários investimentos na formação de educadores para atuar neste campo educacional. É preciso interesse por parte dos governantes em proporcionar aos educadores uma formação contínua para que os mesmos estejam aptos a contribuir na formação do aluno jovem e adulto. Portanto o estudo realizado foi de fundamental importância no sentido de se obter uma maior compreensão da história da EJA no Brasil, um maior esclarecimento dos aspectos políticos e legais que dão suporte a esta modalidade de ensino, bem como a urgente necessidade de formação continuada para os docentes que trabalham com jovens e adultos.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.mec.gov.br >. Acesso em: 02 de fevereiro de 2013.
- BRASIL. *Constituição* (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- FERNANDES. Dorgival Gonçalves. **Alfabetização de jovens e adultos: Pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Editora mediação, 2002.
- FREIRE Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**- São Paulo: Cortez, 23 ed. 1989.
- _____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**- São Paulo: Paz e terra, 2000.
- _____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004
- _____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI. Moacir; ROMÃO. José E. **Educação de Jovens e Adultos: Teória, prática e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GHIRALDELLI. JR. Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- HENGEMUHLE, ADELAR. **Formação de Professores: da função de ensinar ao resgate da educação**. 2 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

_____. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo, Atlas, 1999. 3. Ed.

SANTOS, Zenaide Maria. **Educação de Jovens e Adultos:** fios e desafios na construção de sua identidade. In: Construção coletiva: Contribuições à educação de jovens e adultos- 2. Ed- Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

SANTOS, Zenaide Maria. **Formação de Educadores:** Aprendendo com a Experiência. In: Construção coletiva: Contribuições à educação de jovens e adultos- 2. Ed- Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de Jovens e Adultos:** Teoria e Prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, SECAD- MEC/ UNESCO, 2006.

SORES. Leôncio José. **Educação de Jovens e adultos-** Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Termo Livre de Consentimento para as professoras partícipes ...
pesquisa

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: Concepções e Formação Docentes acerca da Educação de Jovens e Adultos
(EJA).

Pesquisadora responsável: Nayara Ingrid Gonçalves Maciel

Eu _____, residente na _____, fui informado (a) que este projeto trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que tem como objetivo geral: Compreender como ocorre a formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos no município de Cajazeiras, como também identificar como acontece o processo da formação inicial e continuada dos professores, e se esta formação favorece o desenvolvimento de competência pedagógica renovada. E como objetivos específicos: Identificar no contexto histórico a modalidade educativa EJA no Brasil; Reconhecer como ocorre a formação de professores na EJA, delineando os entraves e possibilidades para a atuação do profissional na contemporaneidade; Verificar as concepções que os professores têm acerca da formação específica para a EJA.

A pesquisa acadêmica pretendida será realizada no CAIC de Cajazeiras - PB. Após ler e receber explicações sobre a pesquisa (para as partícipes desta) tive assegurados os meus direitos de obter resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa. Tive assegurado também o direito de retirar o meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, bem como, a não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade e meu anonimato. Os resultados da pesquisa só serão utilizados para fins científicos. Caso deseje, eu posso procurar esclarecimentos junto à pesquisadora.

Após obter as informações necessárias sobre o projeto de pesquisa, declaro estar ciente do conteúdo deste Termo e desejar participar do projeto/ou autorizar que participe da pesquisa.

Cajazeiras – PB, _____ de _____ de _____.

Nome do sujeito/ou do responsável: _____

Assinatura: _____

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B – Modelo de entrevista aplicada as professoras

Roteiro de entrevista:

Instituição: _____

Professora: _____

Anos que leciona: _____

1. Como foi o seu processo de formação inicial (Curso Normal e/ou graduação), levando em consideração o seu trabalho na EJA?
2. Há quantos anos você trabalha lecionando na EJA e quais necessidades de formação você percebe, olhando para esse seu trabalho?
3. Você fez algum curso de formação específico para trabalhar na EJA? Se sim, como foi esse curso? Se não, por quê?
4. Sabe-se que atualmente são oferecidos cursos de formação continuada ou em serviço para os profissionais da educação. Tendo em vista esse fato, como acontecem essas formações, pensando-se na especificidade do público e da modalidade EJA?
5. Você trabalha com a EJA fundamentada em algum posicionamento teórico específico, em alguma teoria? Qual? Por quê?
6. Para você, faz-se necessário ter uma formação continuada específica para os profissionais da EJA? Por que?
7. Como você avalia e analisa, no geral, o processo de formação para lecionar na EJA?
8. Você já teve a oportunidade de estudar sobre a EJA e dentre elas a formação do professor para a EJA? Onde ocorreu esse estudo e que críticas você faz sobre este?